



# Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

## EMENDAS

COMISSÃO ESPECIAL (Proj. Lei 177/77)

EMENDA N.º 01

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

O parágrafo único do Art. 24, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 — ...

Parágrafo único — Fica proibida aos integrantes da carreira de Procurador do Estado a advocacia particular, respeitados os direitos adquiridos."

Sala das Comissões, em 10/05/78.

(a) MUGGIATI FILHO — Presidente  
GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO ESPECIAL (Proj. Lei 177/77)

EMENDA N.º 02

Emenda ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Suprima-se o Art. 41.

Sala das Comissões, em 10/05/78.

(aa) MUGGIATI FILHO — Presidente  
GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO ESPECIAL (Proj. Lei 177/77)

EMENDA N.º 03

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Inclua-se no Capítulo VII — Das Disposições Gerais e Transitórias, o seguinte Artigo:

"Art. — O reajustamento dos proventos dos funcionários aposentados nos cargos de Advogado Geral, Sub-Consultores e Procuradores da extinta Consultoria Geral do Estado, será feito, de ofício, na base dos vencimentos do cargo de Procurador de 3.ª Classe."

Sala das Comissões, em 10/05/78.

(aa) MUGGIATI FILHO — Presidente  
GILBERTO CARVALHO — Relator

## REQUERIMENTO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Regimentalmente, requeiro vistas ao projeto de lei que dispõe sobre nova estrutura e quadro especial de procuradores e advogados da Procuradoria Geral do Estado.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

## OFÍCIO:

OF. 03-C.E.

Curitiba, 11 de maio de 1978.

Senhor Presidente.

Por intermédio do presente, encaminho a Vossa Excelência, para os fins previstos no § 3.º, do Art. 189, do Regimento Interno, o incluso Projeto de Lei Complementar n.º 177/77, que trata da Estrutura e Quadro Especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências, com parecer apresentado pelo Senhor Relator e Emendas, aprovados em reunião de 10 do corrente, desta Comissão Especial.

Sem outro particular, aproveito do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

(a) MUGGIATI FILHO  
Presidente

## EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Fica acrescido ao Art. 36 o seguinte parágrafo único:

"A composição da Banca Examinadora, será integrada por 3 (três) membros de livre escolha do Governador do Estado; 1 (um) membro representante da OAB, Seção do Paraná; e 1 (um) representante da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(aa) MAURÍCIO FRUET  
NILSO SGUAREZI

## EMENDA DE PLENÁRIO N.º 02

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Suprima-se o parágrafo único do art. 24.

## JUSTIFICATIVA:

Esse parágrafo único proíbe ao Procurador do Estado a advocacia particular. Todavia, o exercício da advocacia é regulamentado pelo respectivo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n.º 4.215, de 27.04.63), onde constam as proibições e impedimentos legais ao exercício da profissão de advogado.

Por outro lado, o Procurador do Estado (que pelo referido Estatuto está impedido de procurar contra a Fazenda Pública), ao contrário do Juiz de Direito ou do Promotor de Justiça, não tem outros impedimentos ou proibições, eis que sua única atribuição é de advogar em favor do Estado. E o exercício da advocacia particular, em vez de um empecilho, é uma excelente atividade para manter o Procurador do Estado em dia com a realidade forense, pelo exercício da militância ativa.

(a) MAURÍCIO FRUET

## EMENDA DE PLENÁRIO N.º 03

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Suprima-se a parte final do art. 24, *verbis*:

"e ficarão sujeitos a uma jornada semanal de quarenta (40) horas de trabalho, em dois turnos".

## JUSTIFICATIVA:

O trabalho do Procurador, ou Advogado não se mede por horas. Nem pode ele ficar jungido ao cumprimento de um horário rígido numa repartição como qualquer funcionário administrativo, pela natureza especial de suas atividades, que exige idas e vindas ao Tribunal, aos Cartórios, consultas em bibliotecas, trabalho de gabinete etc.

A produtividade do Procurador se mede pelo número de processos que atende e a qualidade do serviço forense que apresenta, ou dos pareceres que emite.

Não tem razão de ser, portanto, a obrigação de que cumpra oito (8) horas diárias, em dois turnos, de serviço na Procuradoria Geral do Estado, o que, se viesse a ser transformado em lei, seria um desserviço à produtividade e ao bom desempenho do trabalho especializado dos Procuradores.

De resto, as carreiras funcionais que não se regem por Estatuto próprio, se subordinam, quanto à jornada de trabalho pelo Estatuto dos Funcionários Públicos em vigor.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

## EMENDA DE PLENÁRIO N.º 04

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n.º 177/77

Acrescente-se à emenda n.º 03 da Comissão Especial o seguinte dispositivo:

“Parágrafo único — os advogados aposentados nos níveis 26 e 27 ou correspondentes aos atuais 26 e 27, terão seus proventos de inatividade reajustados, de ofício, na base dos vencimentos do cargo de advogado de 2.ª classe.”

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## JUSTIFICATIVA:

A douta Comissão Especial propõe entre as sugestões de emendas acolhidas a que prevê o reajuste, do valor dos proventos de quem se aposentou nos cargos de Advogado Geral, Sub-Consultores e Procuradores da extinta Consultoria Geral do Estado.

Agiu com Justiça a Comissão entretanto, s.m.j. para que a mesma seja completa, necessário se faz, também, a inclusão dos advogados aposentados em final de carreira, que exerciam igualmente funções de representação do Estado, assinando peças processuais em Juízo.

Ratificando justificativa anteriormente apresentada, lembramos os esforços e dedicação destes, que, excluídos do plano de reclassificação dos cargos da atividade, da mesma categoria funcional, são prejudicados em seus direitos de condições de enfrentar as dificuldades da instabilidade monetária resultantes.

## EMENDA DE PLENÁRIO N.º 05

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

O Art. 35, com dois parágrafos, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 35 — Após o enquadramento, previsto no Artigo anterior, os cargos de Procurador de Advogados, constantes do Art. 22, serão preenchidos, pelos integrantes da carreira, no critério de merecimento, independente de suas atuais classificações.

§ 1.º — Para esse provimento, o Procurador Geral remeterá, ao Governador do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça, dentro de trinta (30) dias, da publicação desta Lei, a competente lista nominal dos classificados, obedecidos, na aferição do mérito, os critérios indicados no Art. 28.

§ 2.º — Os remanescentes, das séries de classes de Advogado, do Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo e dos Quadros Próprios das Autarquias Estaduais, enquadrados, provisoriamente, no cargo de Advogado de 2.ª Classe, ficarão lotados na Procuradoria Geral do Estado, podendo ingressar na carreira de Procurador do Estado, alternadamente, por merecimento e antiguidade, de acordo com o Art. 27 usque 32, da presente Lei.”

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

## JUSTIFICATIVA:

Com essa redação, fica, definitivamente, extinto o concurso interno proposto na Mensagem, por inconseqüente e destituído de qualquer fundamento, eis que viria atingir advogados, todos com mais de vinte anos de serviço, no cargo, grande parte com mais de trinta anos na função e alguns com até quarenta e cinco anos de serviço, todos, comprovadamente, capacitados a exercer a profissão, porque, a contrário senso, não estariam mais no Quadro da Procuradoria Geral do Estado.

## EMENDA DE PLENÁRIO N.º 06

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

O Art. 34 passa a ter a seguinte redação, ficando acrescido de um parágrafo único:

“Art. 34 — Fica assegurado aos atuais Procuradores e Advogados, do Quadro da Procuradoria Geral do Estado e dos Quadros Próprios das Autarquias Estaduais, o direito à classifi-

cação, respectivamente, em cargos da carreira de Procurador do Estado de 3.ª Classe e de Advogado de 2.ª Classe, salvo manifestação em contrário, pelo prazo de dez (10) dias, a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único — Ficarão, automaticamente, extintos os cargos de Advogado de 2.ª Classe, que se vagarem, até o limite de trinta e cinco (35) cargos, previstos no inciso V, do Art. 22, do Capítulo VI, Seção I.”

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

## JUSTIFICATIVA:

O Art. 34 está a exigir uma nova redação. É que, o texto original abriga um tratamento desigual, e, portanto, obviamente intolerável. Com efeito, na Procuradoria Geral do Estado, Advogados e Procuradores têm as mesmas atribuições e iguais encargos, mas a mensagem propõe, desigualmente, enquadramento automático dos atuais Procuradores no cargo de Procurador de 3.ª Classe — com vencimentos assegurados, frise-se, ao passo que os advogados ficam sujeitos à realização de concurso interno, visando à classificação, no restrito quadro proposto. Como medida de equidade e justiça, há que se enquadrar também, provisoriamente, os advogados atuais no cargo de Advogado de 2.ª Classe, até que se processe a classificação definitiva. De outro tanto, pelo parágrafo único sugerido, serão extintos, automaticamente, os cargos de Advogado de 2.ª Classe que vagarem por qualquer motivo. Com isso, já se opera uma redução de 35 cargos no Quadro da Procuradoria Geral do Estado.

## EMENDA DE PLENÁRIO N.º 07

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Suprima-se o Art. 45, do Projeto de Lei Complementar n.º 177/77.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

## JUSTIFICATIVA:

A presente emenda está em consonância com aquela, que também subscrevi, que visa dar nova redação: ao Art. 24, pela qual os integrantes da carreira de Procurador do Estado ficarão sujeitos a uma jornada semanal de trinta e duas e meia (32 1/2) horas de trabalho. A prevalecer o Art. 45, cuja supressão se propõe, os advogados ficarão privados do direito à percepção de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, extensão de jornada de trabalho prevista no Art. 172, II, da Lei n.º 6174, de 16/11/70 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado). Haveria, destarte, o mesmo conflito já aludido entre uma regra particular e uma norma geral que trata da matéria.

## EMENDA DE PLENÁRIO N.º 08

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

O Art. 24 e seu parágrafo único, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 24 — Os integrantes da carreira de Procurador do Estado terão exercício na Procuradoria Geral, podendo serem designados para prestar serviços jurídicos em órgãos da administração, a juízo do Procurador Geral, e ficarão sujeitos a uma jornada semanal de trinta e duas e meia (32 1/2) horas de trabalho.

Parágrafo único — Fica vedado o exercício da advocacia particular, aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, respeitados os direitos adquiridos.”

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

## JUSTIFICATIVA:

O Art. 24, com a redação proposta no Projeto, colide com norma geral constante do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado. Com efeito, a jornada normal de trabalho, do funcionário público civil do Estado, é de trinta e duas e meia

(32 1/2) horas semanais, alcançando quarenta (40) horas, quando, nela, se inclui o tempo de serviço extraordinário ou na hipótese do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos do Art. 53, § 1.º, da Lei n.º 6174, de 16/11/1970 (Estatuto dos Funcionários Civis do Estado).

Por outro lado, a vedação à advocacia particular, de que trata o texto do parágrafo único, do mesmo Art. 24, vem a ferir direitos adquiridos e, conseqüentemente, desconstitui situações juridicamente consolidadas.

#### EMENDA DE PLENÁRIO N.º 09

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Inclua-se, no Capítulo VII — das Disposições Gerais e Transitórias, um Artigo e um parágrafo único com a seguinte redação:

“Art. — O reajustamento dos proventos dos funcionários aposentados nos cargos de Advogado Geral, Sub-Consultores e Procuradores da extinta Consultoria Geral do Estado, será feito, de ofício, na base dos vencimentos do cargo de Procurador de 1.ª Classe.

Parágrafo único — Os advogados aposentados nos níveis 26 e 27, terão seus proventos de inatividade reajustados, de ofício, na base dos vencimentos dos cargos de Advogado de 2.ª e 1.ª Classes, respectivamente.”

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

#### JUSTIFICATIVA:

O reajustamento dos proventos, na forma indicada no Artigo e parágrafo único propostos, dos funcionários aposentados nos cargos ali mencionados, constitui medida da mais elementar justiça, pois, apesar de terem prestado relevantes serviços à causa pública, percebem vencimentos verdadeiramente irrisórios e incompatíveis com as funções que exerceram. O próprio governo federal tem estendido, aos aposentados, os benefícios decorrentes das alterações das respectivas carreiras, encerrando, assim, honrosamente, episódio idêntico com integrantes das carreiras de Diplomata, Procuradores da União e outras.

Dessa maneira, a emenda contém as regras fundamentais que devem reger o tratamento a ser dispensado aos inativos.

#### EMENDA DE PLENÁRIO N.º 10

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77

Suprimam-se os Artigos 36, 37 e 47, do Projeto de Lei Complementar n.º 177/77.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

#### JUSTIFICATIVA:

A supressão proposta, dos Arts. 36, 37 e 47, é decorrência necessária da nova redação sugerida para o Art. 35, pois o texto, em face da modificação, extingue definitivamente o concurso interno para efeito de provimento.

#### EMENDA N.º 01

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se o artigo 6.º, “caput”, pelo seguinte:

“Art. 6.º — O Conselho da Procuradoria Geral do Estado compor-se-á de quatro (4) membros, integrantes da carreira de Procurador do Estado, sendo dois (2) de 1.ª classe, um (1) de 2.ª classe e um (1) de 3.ª classe.”

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

O Art. 7.º, enumerando a competência do Conselho, dá-lhe poderes para apreciar problemas de ordem disciplinar; aplicar penalidades; organizar e julgar concursos, bem como organizar listas de antigüidade e merecimento, processando e

julgando reclamações sobre classificação, entre outros relevantes encargos.

Não é justo que defira tantos poderes aos ocupantes dos cargos iniciais de carreira, podendo, inclusive, ocorrer a possibilidade de que os quatro (4) mais modernos venham a integrar simultaneamente o Conselho, fato que viria, inegavelmente, desprestigiar os mais antigos.

A fórmula proposta parece-nos mais justa e oportuna, dentro do objetivo a que se destina tal Conselho.

#### EMENDA N.º 2

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Acrescente-se § 4.º ao artigo 6.º, dispondo:

“§ 4.º — O suplente designado para completar o biênio quando a vacância ocorrer, após o início do último semestre, poderá concorrer à recondução como efetivo.”

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Não é justo que um suplente seja impedido de ser aproveitado como efetivo no biênio seguinte, salvo se ocupar esse cargo por período superior a seis (6) meses.

#### EMENDA N.º 3

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se o item IV do artigo 7.º, pelo seguinte:

“IV — organizar listas de antigüidade e merecimento para promoção na carreira de procurador, procedendo à respectiva indicação.”

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A recusa do mais antigo, por decisão dos próprios colegas, parece dar vazão a decisões políticas e defesa de interesses pessoais, em detrimento à aplicação das demais normas já existentes, consistindo em flagrante lesão ao direito adquirido.

#### EMENDA N.º 4

Substitua-se o item VI, do artigo 7.º, pelo seguinte:

“VI — processar e julgar, em primeira instância, reclamações sobre classificação ou exclusão das listas de concurso para ingresso ou de remoção ou promoção na carreira de Procurador.”

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Evidente, tratando-se de comissão formada pelos próprios integrantes de carreira de Procurador, sua decisão não será final, devendo ficar expressa a possibilidade de interposição de recursos.

#### EMENDA N.º 5

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Acrescente-se §§ 4.º e 5.º ao artigo 8.º, corrigindo-se o texto onde diz “parágrafo único” para § 3.º, da seguinte forma:

“§ 3.º — O Corregedor poderá ser auxiliado por funcionário da Procuradoria Geral do Estado.

§ 4.º — Em caso de vacância, o cargo de Corregedor será ocupado pelo Procurador mais antigo, até ser procedida nova nomeação.

§ 5.º — Se a vacância ocorrer após o início do último semestre do biênio, o Corregedor nomeado na forma do parágrafo anterior poderá ser reconduzido.”

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Por um novo equívoco na elaboração do anteprojeto,

aparece um "parágrafo único" após o § 2.º.

Da mesma forma, no caso de vacância, a Corregedoria não poderá ficar acéfala até a nomeação de novo titular.

O critério de substituição que propomos, parece vir complementar o artigo 8.º.

#### EMENDA N.º 6

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Suprima-se do parágrafo único do artigo 14, as seguintes expressões:

"observado o disposto no artigo 46".

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Essa parte final do texto parece colidir com o disposto no Estatuto do Ministério Público.

Por outro lado, o problema da participação na verba de honorários, poderá ser tratado independentemente de constar expressamente no texto desta lei, a fim de evitar-se situação semelhante à da cédula rural, conhecidíssima nos meios forenses.

#### EMENDA N.º 7

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se o parágrafo único do artigo 18, pelo seguinte:

"Art. 18 - ...

Parágrafo único - As Sub-Procuradorias Regionais serão criadas ou extintas por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Procurador Geral do Estado, cujos cargos serão criados por lei."

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Evidentemente, a criação de Sub-Procuradorias importará no deslocamento de funcionários ou na criação de novos cargos.

Dando-se poderes totais ao Chefe do Executivo, estaremos, não só desprestigiando o Poder Legislativo, como criando uma situação jurídica irregular.

Além do mais, a delegação de poderes para a criação de cargos é vedada pela Constituição Estadual.

#### EMENDA N.º 8

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se o texto do artigo 19, pelo seguinte:

"Art. 19 - À Representação Judicial em Brasília, exercida preferencialmente por Procurador ou Procuradores designados e, eventualmente, por advogado contratado, compete intervir nas causas de interesse do Estado perante os Tribunais Federais e órgãos administrativos superiores sediados na Capital Federal, mediante delegação de poderes do Procurador Geral do Estado."

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado não terá Procuradores de confiança?

E o dispêndio de honorários?

Vamos prestigiar, inicialmente, os nossos advogados, e, somente nos valer de alienígenas, na impossibilidade total ou extrema necessidade de contratar-se juristas de renome nacional quando os nossos, por qualquer motivo, não possam acompanhar os feitos naquela superior instância.

#### EMENDA N.º 9

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se o § 1.º do artigo 26, pela seguinte redação:

"Art. 26 - ...

§ 1.º - Para a nomeação, será obedecida a ordem de clas-

sificação no concurso, prevalecendo, no caso de empate, a data da inscrição definitiva na Ordem dos Advogados do Brasil. Persistindo o empate, serão obedecidos os critérios de desempate previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado.

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto prevê apenas um (1) critério de desempate.

Ocorre que deve prevalecer a DATA da inscrição na OAB, e, não o seu número de ordem, pois, é sabido que vários advogados prestam compromisso na mesma data, sendo o número de inscrição irrelevante.

Da mesma maneira, pode ocorrer que sejam apresentadas inscrições de Estados diferentes, cujos números nada possam esclarecer para o desempate.

Lembramos, também, que as inscrições na OAB podem ser feitas desde solicitador acadêmico até a definitiva, esta última, mediante apresentação do diploma devidamente registrado.

Por outro lado, dada a possibilidade de permanecer o empate, nada mais justo do que se adotar os critérios de desempate previstos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Estado, Lei Complementar regulamentadora dessa matéria.

#### EMENDA N.º 10

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se o artigo 27 e seu parágrafo único, pelo seguinte, suprimindo-se o artigo 39:

"Art. 27 - As promoções na carreira de Procurador do Estado serão feitas alternadamente por merecimento e antiguidade.

§ 1.º - Somente depois de dois (2) anos de efetivo exercício na respectiva classe, poderá o Procurador do Estado ser promovido por qualquer dos critérios indicados neste artigo.

§ 2.º - Se dentro da mesma classe não houver nenhum integrante com interstício cumprido, todos poderão concorrer para promoção, independentemente do prazo previsto no parágrafo anterior."

Sala das Sessões, em de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A faculdade prevista no artigo 7.º, inciso IV, "in fine", é aquela que permite a recusa do mais antigo pelo "voto imparcial" de apenas quatro (4) de seus próprios colegas, todos eles em posição hierarquicamente inferior...

Quanto aos parágrafos, por si só justificam a proposição, sendo que o § 2.º deixa melhor situado, neste plano de lei, o disposto no artigo 39.

#### EMENDA N.º 11

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Acrescente-se no artigo 31, alíneas "d" e "e", com a seguinte redação:

"Art. 31 - ...

a) - ...

b) - ...

c) - ...

d) - com maior prole;

e) - com mais idade."

Sala das Sessões, em maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Tais itens estão expressos no artigo 83, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado), em complemento à seqüência já adotada no plano de lei que ora se discute.

#### EMENDA N.º 12

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Acrescente-se ao artigo 32, parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 32 — ...

Parágrafo único — A decisão do Conselho será proferida em 15 (quinze) dias, e havendo voto divergente, caberá recurso em 8 (oito) dias ao Secretário da Justiça, que decidirá em 15 (quinze) dias.

Sala das Sessões, de maio de 1.978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho, conforme ficou esclarecido nas emendas anteriores, é formado por colegas do reclamante. Logo, deve ser previsto recurso final para autoridade maior, no caso, o Secretário de Estado.

Por outro lado, a fixação de prazos é uma exigência da lógica processual e visa evitar a delonga nas decisões, a fim de que não haja prejuízos às partes, nem emperramento dos objetivos da norma em exame.

#### EMENDA N.º 13

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se a redação do artigo 36, pela seguinte:

"Art. 36 — Nos 30 (trinta) dias seguintes à publicação desta lei, atendendo às peculiaridades da Procuradoria Geral do Estado, o Poder Executivo regulamentará o concurso interno e nomeará a banca examinadora, composta de 5 (cinco) membros, que, sob a presidência de um deles, eleito entre si, aplicará a prova e divulgará os resultados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias."

Sala das Sessões, de maio de 1.978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de concurso público de alto nível, os membros da banca examinadora deverão ter autonomia para eleger seu presidente.

Por outro lado, de nada adiantaria prever-se prazo para início do concurso, sem estabelecer o seu término, o que seria uma incongruência.

A emenda proposta virá sanar essa particularidade jurídica.

#### EMENDA N.º 14

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. ... — Computar-se-á, para todos os efeitos legais, o tempo de advocacia, até o máximo de 10 (dez) anos, comprovado pela inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil ou contribuições ao Instituto Nacional de Previdência Social, ou certidões expedidas por cartórios do foro judicial, para ocupantes de cargos efetivos para o qual se exige habilitação de Bacharel em Direito."

Sala das Sessões, de maio de 1.978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA: —

O texto ora apresentado, é o mesmo do Projeto de Lei que assinamos em conjunto com os deputados Accioly Neto, Enéas Faria e Luiz Gabriel Sampaio, o qual está tramitando nesta Casa.

Idêntica norma já vem sendo aplicada em nosso Estado, através do disposto no artigo 132 do Código de Organização e Divisão Judiciárias, cujo texto é oriundo do artigo 140, da Lei n.º 5.809, de 15 de julho de 1.968.

A carreira de Procurador ou de Advogado, a exemplo do Ministério Público, deve ser contemplada com idêntico benefício, o qual, por razões desconhecidas, no momento é deferido tão somente aos magistrados do Paraná.

#### EMENDA N.º 15

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Substitua-se o artigo 40, pelo seguinte:

"Art. 40 — A Engenheiro, Contador ou outro profissional devidamente qualificado, do Quadro Único ou dos Quadros Próprios, designados para prestar serviços na Procuradoria Geral do Estado, como assistentes-técnicos ou peritos judiciais, será paga gratificação correspondente a 7,5% (sete e meio por cento) do respectivo vencimento-padrão, durante o período de prestação de serviços no órgão, bem como 50% (cinquenta por cento) da verba de honorários de perito fixados nas ações em que funcionarem e nas quais seja dado ganho de causa ao Estado."

Sala das Sessões, de maio de 1.978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Se os Bachareis em Direito podem participar da metade da condenação na verba de honorários, por que não deferir-se semelhante benefício aos peritos?

#### EMENDA N.º 16

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Suprima-se o artigo 41.

Sala das Sessões, de maio de 1.978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

É inteiramente inconstitucional!!!

#### EMENDA N.º 17

Ao Projeto de Lei n.º 177/77

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. ... — No caso de promoção da classe inicial da carreira de advogado, o primeiro desempate será determinado pela classificação obtida no concurso interno."

Sala das Sessões, de maio de 1.978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

É critério semelhante ao adotado pelo artigo 83, parágrafo único da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

#### COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 177/77. PARECER ÀS EMENDAS DE PLÊNÁRIO.

Conforme o disposto no Art. 189, § 3.º do Regimento Interno, o Projeto de Lei Complementar n.º 177/77, recebeu no prazo previsto, um total de 10 Emendas de Plenário, ficando outras 17 Emendas anexadas ao processo, com a pendência para o seu recebimento à cargo desta Comissão Especial.

Analisando-se as emendas apresentadas de n.ºs 01 a 10, que diversas emendas apresentadas, foram debatidas em reuniões do Projeto ora em exame. Em razão das Emendas apresentadas e acatadas pela Comissão, que receberam os n.ºs 01, 02 e 03, o nosso parecer em relação às Emendas de Plenário é CONTRÁRIO, opinando-se pela REJEIÇÃO DAS MESMAS.

Com relação às demais Emendas apresentadas em n.º de 17, constantes das fls 88 à 104 do Processo, julgamos as mesmas prejudicadas face a sua apresentação fora do prazo regimental, opinando-se pelo seu não recebimento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1.978.

MUGGIATI FILHO

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator

#### COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 177/77. PARECER DO VOTO VENCEDOR ÀS

## EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 04,05,06 e 10.

De acordo com o § 5.º do Art. 60, do Regimento Interno, emitimos o nosso parecer favorável às Emendas de Plenário, de n.ºs 04,05,06 e 10, ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77, que trata sobre a Estrutura e Quadro Especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado.

A Emenda n.º 4, aditiva à Emenda n.º 03 da Comissão Especial, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, tem por finalidade acrescentar parágrafo único, concedendo aos Advogados aposentados, nos níveis 26 e 27, ou correspondentes aos atuais 26 e 27, reajustamento, de ofício, dos seus proventos de inatividade, na base dos vencimentos do cargo de Advogado de 2.ª Classe.

As Emendas de n.ºs 05, 06 e 10 de autoria do nobre Deputado Accioly Neto, tratam sobre a extinção do concurso interno proposto no projeto.

De acordo com as justificativas apresentadas, são das mais meritórias a sua inclusão ao bojo do Projeto, o que sem dúvida alguma servirá para beneficiar e dar melhores condições a inúmeros funcionários quer inativos, quer na atividade, e que muito têm contribuído em prol do Estado, com seu dedicado trabalho.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO, acima citadas de n.ºs 04,05,06 e 10.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1.978.

MUGGIATI FILHO

Presidente

MAURÍCIO FRUET

Relator designado

COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR  
O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 177/77  
P A R E C E R

Originário da Mensagem Governamental n.º 131/77, o presente Projeto de Lei n.º 177/77, tem por finalidade dar nova estrutura e quadro especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências.

Autuado como Projeto de Lei e encaminhado à Douta Comissão de Constituição e Justiça em 12/12/77, esta Comissão, através de requerimento de nossa autoria, designados que ali fomos para tal matéria, por força de dispositivo constitucional (Art. 26 - parágrafo único), estaria enquadrado entre as Leis Complementares, e desta forma vinculada a rito especial de apreciação e tramitação por esta Casa. Nestas condições, é que a atual Comissão Especial o recebeu para apreciá-lo.

Inicialmente, temos que a competência do Chefe do Poder Executivo para matérias desta natureza está prevista na Constituição Estadual, através de seus Arts. 25, 35 e 47.

Quanto à caracterização da matéria, entendida como Lei Complementar, temos que, face à estrutura estabelecida pelo Projeto de Lei, reformulando a Procuradoria Geral do Estado, e atribuindo-lhe nova estrutura com conotações de normas estatutárias, enquadra-se a mesma nas condições das Leis que devem se sobressair sobre as Leis ordinárias, introduzidas na Constituição Estadual, através da Emenda n.º 3, no citado art. 26, obedecendo desta forma rito especial para sua apreciação e aprovação por esta Assembléia.

De acordo com a justificativa encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo, tal reformulação estrutural da Procuradoria Geral do Estado, vem a fim de tornar aquele importante órgão público, mais eficiente e atuante, com as reais necessidades materiais e humanas, que a atual dinâmica administrativa está a imprimir em nosso Estado.

Destaca-se entre a previsão contida no Projeto de Lei, uma estrutura mais racional através de definições de compe-

tências tanto dos órgãos superiores, como dos demais de execução, auxiliares e de administração da Procuradoria Geral do Estado, integrada à Secretaria de Estado da Justiça.

Prevê, também, o Projeto a instituição do Conselho da Procuradoria e da Corregedoria, órgãos de importância dentro da estrutura da Procuradoria Geral do Estado, como também, das Sub-Procuradorias Regionais e a Representação em Brasília e que inexistem na sua atual estrutura.

Outro destaque, previsto pelo Projeto de Lei, vem a ser a estruturação das carreiras de Procurador e Advogado do Estado, há longo tempo desejada por aqueles funcionários que dedicam e imprimem seus esforços em prol da defesa judicial do Estado, havendo inclusive tabela de vencimentos mais compatíveis com o exercício daqueles cargos.

Assim, neste nosso parecer, temos que a matéria está em condições de ser aprovada por esta Casa, nos reservando a novas considerações à medida que emendas, que porventura sejam apresentadas, no decorrer da sua tramitação, nos cheguem para nova apreciação.

É o parecer que sobre o Projeto queremos apresentar, com as Emendas que ora propomos, que tem um sentido de sanar algumas deficiências e aprimorá-lo.

Sala das Comissões, em

(aa) MUGGIATI FILHO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA  
APRECIAR O PROJETO DE LEI N.º 177/77,  
QUE TRATA SOBRE A ESTRUTURA E QUADRO  
ESPECIAL DE PROCURADORES E ADVOGADOS  
DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Às dez horas do dia oito de junho de hum mil novecentos e setenta e oito, na sala de reuniões das Comissões Técnicas do Anexo do Plenário, sob a Presidência do Deputado Muggiati Filho, e presentes os Senhores Deputados Maurício Fruet e Gilberto Carvalho, realizou-se a reunião da Comissão Especial que trata sobre o Projeto de Lei Complementar que tem por objetivo dar nova estrutura e quadro especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu a reunião, considerada aprovada a ata da reunião anterior, após solicitação de dispensa da sua leitura pelo Deputado Maurício Fruet. Em seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho, relator da matéria, que após esclarecer sobre o número de Emendas de plenário apresentadas ao Projeto de Lei Complementar n.º 177/77, apresentou seu parecer contrário às mesmas, bem como julgando prejudicadas e opinando pelo não recebimento das 17 (dezessete) Emendas apresentadas fora do prazo regimental e encaminhadas pela Mesa para decisão do seu recebimento à esta Comissão. Em discussão o parecer, após debates sobre a oportunidade das EMENDAS N.º 04,05,06 e 10, foi rejeitado o PARECER CONTRÁRIO ÀS MESMAS, através de voto de MINERVA, da Presidência, já que se constatou o empate entre os votos dos Deputados Gilberto e Maurício Fruet. Nestas condições, o Senhor Presidente considerou REJEITADO O PARECER AO RELATOR, com relação às EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 04 (fls 78); 05 (fls 79); 06 (fls 81) e 10 (fls 86), e APROVADO COM RELAÇÃO ÀS DEMAIS EMENDAS, bem como considerando prejudicadas as 17 (dezessete) Emendas apresentadas fora do prazo regimental e encaminhadas pela Mesa à consideração a Comissão. Designa, de acordo com o § 5.º, do Art. 60, do Regimento Interno, o Deputado Maurício Fruet, para elaborar parecer do voto vencedor às Emendas de Plenário de n.ºs 04,05,06 e 10. Nesta altura dos trabalhos, registra-se a presença do Senhor Deputado Augusto Carneiro.

O Senhor Presidente determina o encaminhamento do Projeto e Parecer às Emendas à Mesa a fim de que a matéria siga o seu trâmite regimental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião da Comissão, comunicando que nova reunião será previamente designada e devidamente anunciada, na oportunidade em que o Projeto retorne para a elaboração da sua Redação Final, da qual, para constar, eu, Laertes

Luiz Foggiao, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será por mim e pelo Senhor Presidente, assinada.

MUGGIATI FILHO

Presidente

LAERTES LUIZ FOGGIATO

Secretário